

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VALÉRIA ANDRADE COLADINI

**PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL
(PRONAMP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA**

**Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO**

**Cacoal – RO
2014**

VALÉRIA ANDRADE COLADINI

**PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL
(PRONAMP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

**Cacoal – RO
2014**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADEMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP): um estudo no município de Ministro Andreazza”, elaborado pela acadêmica Valéria Andrade Coladini, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof^a Dr^a. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
Presidente

Prof^a Msc. Ellen Cristina de Matos
Membro

Prof^o Msc. Rogério Simão
Membro

Média

Cacoal - RO
2014

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL (PRONAMP): UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA

Valéria Andrade Coladini¹

RESUMO: Objetivou-se analisar neste artigo o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), bem como os motivos de contratação e os benefícios gerados por essa modalidade de crédito rural para o desenvolvimento dos sistemas produtivos. A liberação do crédito promove o desenvolvimento econômico, oferecendo capacidade de compra a quem não dispõe de recursos financeiros. Desta forma, o crédito rural fundamenta-se em fomentar os investimentos rurais, o custeio, incentivar os métodos produtivos, a comercialização dos produtos, o fortalecimento econômico, o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida. Nesse contexto, o PRONAMP oferecido pelo Governo Federal para investimentos e custeio visa promover o crescimento das atividades rurais dos médios produtores, proporcionando o aumento da renda e a geração de empregos no campo. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se como base a pesquisa exploratória e descritiva, numa abordagem qualitativa permitindo analisar a utilização do crédito pelo produtor. A pesquisa foi aplicada entre os dias 20 a 27 de maio, sendo o público alvo os produtores rurais de médio porte do Município de Ministro Andreazza. Confirmou-se por meio da pesquisa o objetivo do PRONAMP, a importância do crédito para os médios produtores e para o desenvolvimento no setor rural, uma vez que, permite ao agricultor o aumento da produtividade de sua propriedade mediante investimentos nela realizados, gerando benefícios como aumento da mão de obra com a contratação de assalariados e diaristas e também o aumento da renda, ocasionada pelo aumento da produção. O crédito, também, permite melhores condições de trabalho que da base para a qualidade de vida no campo.

Palavras-chave: PRONAMP. Produtor rural. Crédito rural.

1 INTRODUÇÃO

O crédito rural como política pública disponibilizada pelo governo federal para investimento e custeio nas propriedades, que tem como objetivo o crescimento das atividades rurais para melhorias na renda das famílias e também o aumento de mão de obra no campo, além de ter a finalidade de suprir às necessidades financeiras do custeio e da comercialização, como também, as necessidades de capital para investimentos e industrialização de produtos agropecuários.

Por meio do crédito segundo Capobiango *et al* (2012) é possível financiar atividades produtivas, eliminando as precisões dos empreendedores, tendo em vista que ele também possibilita a sustentação e a modernização dos sistemas produtivos. Essa modernização das atividades agrícolas destacam as esferas produtivas e suas formas de produção, sabendo-se que esse processo deu-se por meio de políticas agrícolas ligando a agricultura com demais setores da economia ocasionando um aumento na produtividade agrícola.

¹ Acadêmica Concluinte do 8º período do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR- Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles. Orientador: Professora Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

O desenvolvimento da área rural teve seu início a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pelo qual foi possível constatar que o aumento da produtividade significa o principal fator no crescimento da agricultura. Isso ocorre devido à disponibilização dos recursos aos agricultores de todas as classes.

A Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, da importância ao crédito rural como um incentivo à introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e melhoria do padrão de vida e a adequada defesa do solo (BRASIL, 1965).

Os recursos do crédito rural criam caminhos para o desenvolvimento e melhorias nesta área, tendo como prioridade o desenvolvimento tanto social quanto econômico do setor agropecuário, devendo-se também, incluir o desenvolvimento territorial sustentável, já que o crédito rural proporciona formas e meios para que pessoas e organizações direcionem os recursos financeiros internos e externos.

Com a finalidade de alcançar esses objetivos, uma das modalidades de crédito rural disponibilizado pelo Governo Federal trata-se do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). Tal programa tem como objetivo o crescimento das atividades rurais com aumento na renda das famílias e geração de mão de obra no campo. Os recursos disponibilizados são para investimento e custeio.

Diante de tais considerações, o presente trabalho apresentou a seguinte questão de pesquisa: o que leva os médios produtores a aderirem o PRONAMP e quais suas perspectivas com relação a essa modalidade de crédito?

Para responder a essa questão, o artigo teve como objetivo geral analisar o PRONAMP no município de Ministro Andreazza, bem como motivos de contratação e os benefícios gerados por essa modalidade de crédito rural para o desenvolvimento dos sistemas produtivos.

Já os objetivos específicos priorizam: identificar os beneficiários desta linha de crédito no município de Ministro Andreazza-RO; levantar os motivos da contratação de crédito do PRONAMP e os benefícios promovidos com a utilização do crédito; verificar a aplicabilidade dos recursos pelo médio produtor conforme a modalidade de aquisição e normas desta linha de crédito; e conhecer a perspectiva do médio produtor com relação ao PRONAMP.

Difundir os resultados desses investimentos nas propriedades rurais é cooperar para que estudos dessa natureza ofereçam contribuições para discutir e avaliar em específico o debate sobre a utilização do PRONAMP como política de auxílio à produção rural do médio produtor. Percebe-se, que pouco é pesquisado a respeito deste assunto, principalmente no

tocante a trabalhos científicos, havendo uma necessidade de maior exploração do assunto, pois, entende-se que os créditos do PRONANP possuem um papel importante para o desenvolvimento socioeconômico dos médios produtores (BNDES, 1965).

A pesquisa viabiliza-se pela disponibilidade de material bibliográfico, a atualidade do tema e a oportunidade de estudo.

Para realização desse trabalho foi utilizado estudo exploratório-descritivo com pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa. Como técnica de pesquisa foi adotada a entrevista utilizando-se do roteiro semiestruturado. A coleta de dados foi realizada nos dias 20 a 27 de maio de 2014, com médios produtores do Município de Ministro Andreazza.

Os principais resultados apontam que o PRONAMP contribui para o desenvolvimento no setor rural, uma vez que permite ao agricultor o aumento da produtividade de sua propriedade mediante investimentos nela realizados, gerando benefícios como, aumento da mão de obra com a contratação de assalariados e diaristas e também o aumento da renda ocasionada pelo aumento da produção, o crédito também permite melhores condições de trabalho que da base para a qualidade de vida no campo.

Com o intuito de explicitar a problemática de pesquisa, além da presente introdução, este trabalho compõe-se do referencial teórico, com abordagem dos temas: Desenvolvimento do Crédito no Brasil, Crédito Rural: Contexto e Finalidade, Crédito Rural e Desenvolvimento Territorial Sustentável e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP); na sequência apresenta-se a metodologia e por fim, os principais resultados chegando-se às conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico compõe-se dos seguintes temas: Desenvolvimento do Crédito no Brasil, Crédito Rural: Contexto e Finalidade, Crédito Rural e Desenvolvimento Territorial Sustentável e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP).

2.1 DESENVOLVIMENTO DO CRÉDITO NO BRASIL

A história do crédito começa na época do Brasil Colônia onde o Banco do Brasil foi à primeira instituição a financiar a abertura de empresas manufatureiras com o intuito de

movimentar o comércio brasileiro fazendo com que as empresas importassem matérias primas e exportassem produtos industrializados. Essa instituição foi criada pelo Rei D. João VI no ano de 1808. Passado alguns anos e já em 1851, o Banco do Brasil passou para a direção do Visconde de Mauá com o intuito de convir ao Governo na criação de linhas de crédito nas situações de extrema importância (GONÇALVES, 2007).

Através disso, segundo Antão e Campanholo (2011) na atual economia, o crédito permite que valores sejam liberados tornando possível o aumento de negócios realizados, de bens produzidos e consumidos. Que ao encontro disso, Capobiango *et al* (2012) afirmam que o crédito é uma ferramenta que permite aos empreendedores uma forma de exercer um papel ativo na economia. Entretanto, para que o crédito possa cumprir o seu real papel no que se refere ao crescimento e desenvolvimento de um país deve ser dada a importância necessária para as infraestruturas sociais e econômicas do mesmo. O crédito proporciona um meio para o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Contudo, de acordo com Miranda (2006), crédito é a ligação entre dois agentes econômicos, na qual uma das partes é credora e a outra devedora, onde a mesma deixa a título de empréstimo dinheiro, bens ou serviços, em troca de uma obrigação. No mesmo sentido Rosa Júnior (2006) *apud* Antão e Campanholo (2011) definem o crédito como uma troca no tempo e não no espaço, crédito é a permissão de usar capital alheio, crédito é o saque contra o futuro; crédito confere poder de compra a quem não dispõe de recursos para realizá-lo, crédito é a troca de uma atual para uma prestação futura.

No entanto, segundo Cazella e Búrigo (2009), os serviços financeiros de crédito ficam sujeitos a uma demanda menor de clientes devido à capacidade de pagamento de taxas e tarifas estabelecidas na obtenção do mesmo, ou seja, os que oferecem um menor risco no cumprimento dos deveres, os que possuem maior capacidade de pagamento.

Diante disso, conforme Antão e Campanholo (2011) acredita-se que na atividade empresarial, o crédito é uma das fontes para execução da atividade empresarial, pois, demonstra de forma objetiva, a veracidade na execução dos deveres, promovendo a ligação e as transações comerciais.

Porém, conforme Martins (2009), uma das mais importantes linhas de crédito para o desenvolvimento do país é o crédito rural, pois incentiva a produção, o investimento e a comercialização agropecuária nacional. Que ao reafirmar isso Capobiango *et al* (2012) destacam que o crédito é responsável pela origem de riqueza, ou seja, é fonte de origem de recursos no país e, assim, as políticas públicas são propostas como ações que contribuem para o crescimento do setor agropecuário na economia. Por meio do crédito é possível financiar

atividades produtivas, eliminando as precisões dos empreendedores, o qual também possibilita a sustentação e a modernização das esferas produtivas.

2.2 CRÉDITO RURAL: CONTEXTO E FINALIDADE

Para entender melhor o início do crédito rural e seu desenvolvimento no Brasil será feito um breve relato que se inicia com Copetti (2008), o qual afirma que no Brasil o crédito rural tem seu ponto de partida no século XVI, diretamente ligado ao setor açucareiro, do qual se beneficiavam os senhores do engenho. Já no século XIX, os financiadores dos investimentos eram as casas de exportação que passou a ter como objetivo principal e financiável a cafeicultura. Após esse período e já no século XX, os cafeicultores passaram a ter uma maior necessidade de adquirir financiamentos para investimento no café, assim os bancos estrangeiros e os comerciantes passaram a exercer o papel de financiá-los.

Por isso, Massuquetti (1998) destaca que até a década de 30 a economia brasileira teve como base o setor agrário exportador. Desta forma, beneficiavam-se até este período apenas os produtos destinados à exportação que tinha como base a política cambial e o crédito rural limitado. A agricultura de mercado interno e principalmente os pequenos produtores só beneficiava-se e conseguiam vender seus produtos com uma maior valorização em meio de uma crise financeira no setor de exportação.

Assim, Massuquetti (2008), destaca que, no governo de Getúlio Vargas, em 1937, com a instituição do Estado Novo, ocorreram mudanças no que diz respeito ao setor agrícola e na política econômica. Deu-se então, início a uma nova fase de assistência financeira para a agricultura por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), oferecido pela instituição financeira do governo, Banco do Brasil, em 1937. A Lei nº 454, de 09.07.37, que deu origem a CREAI determinava o fornecimento de recursos para a compra de sementes e adubos; compra de gado para criação e melhoramento de rebanhos reprodutores e animais de serviço para os trabalhadores rurais e custeio de entressafrá.

Contudo, na década de 1960, o setor rural vivia em atraso devido a uma fraca estrutura agrária; isso retardava a produtividade e permitia um elevado índice de pobreza entre a população do meio rural. A falta de terra suficiente para um melhor aproveitamento da propriedade no cultivo e na conservação do solo, só poderia melhorar através da mudança na estrutura agrária. Ao contrário das pequenas propriedades, as grandes utilizavam metade das terras formalmente ligadas à economia de mercado, assim a estrutura dificultava a

incorporação de novas formas de trabalho, afetando o desenvolvimento futuro da agricultura (MASSUQUETTI, 1998).

Dessa forma, no Brasil o desenvolvimento rural se formou a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e que permaneceu até os anos de 1980 (COPETTI, 2008). Segundo Spolado e Lima (2009), o crédito rural, ofertado pelo SNCR é dividido em duas atividades: agrícola e pecuária, para as quais dentro dessa divisão existe uma subdivisão sendo por finalidades classificados e já citados acima como: custeio, investimento e comercialização.

Nesse contexto, o crédito rural era em outros tempos financiado apenas pelo Banco do Brasil. O crédito rural é oferecido por várias agências de transações financeiras, como, Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste (BNB), além de instituições que são vinculados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos privados e estaduais, Caixas Econômicas, Cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011).

Para tanto, conforme Massuquetti e Netto (2000) *apud* Nascimento, Pizaia e Camara (2007) afirma que no início o crédito rural no Brasil objetivava-se em integrar a agricultura no processo da economia nacional, onde os recursos do setor constituíam-se dos proprietários ou ainda oriundos de instituições privadas ou estatais, o que Souza e Bacha (2009) *apud* Sereno (2010) volta a afirmar ao dizer que, a base da política agrícola no país é formada pelo crédito rural, de acordo com a política de garantia de taxa e preço.

Nos últimos 50 anos, de acordo com Navarro (2001, p. 83), o desenvolvimento rural teve como primeira expressão “desenvolvimento agrícola/agropecuário” e logo após algum tempo como segunda expressão, o “desenvolvimento agrário” que estaria mencionando apenas as condições da produção agrícola e/ou agropecuária. Suas definições evidenciam as tendências em um período determinado referindo-se a base da produção agropecuária, a base propriamente material da produção agropecuária; seus aspectos e crescimento “área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos”. A terceira expressão foi exatamente, “desenvolvimento rural”, que juntamente com as demais expressões destacam o bem-estar das populações rurais como o objetivo principal.

Pode-se observar que o desenvolvimento rural modifica-se na medida em que se percebe com maior clareza a complexidade e diversidade da realidade apresentando as possibilidades do crescimento. Essa expansão tem como finalidade oferecer aos produtores

melhores condições de acesso ao crédito e, como extensão o desenvolvimento territorial sustentável passa pela constituição de novos meios institucionais e de fortalecimento entre setores econômicos e entre as esferas políticas sociais (CAZELLA; BÚRIGO, 2009).

No entanto, o crédito rural baseia-se em estimular o acréscimo ordenado dos investimentos rurais; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores; incentivar os métodos de produção, procurando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011). Segundo a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, descrita no artigo 2º “considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor” (BRASIL, 1965). Onde de acordo com Vilela, Nagano e Merlo (2007), o crédito rural visa captar recursos destinados ao financiamento das atividades rurais, geralmente trabalhando em conjunto com cooperativas agropecuárias.

Segundo Antão e Campanholo (2011, p. 3), o crédito rural possui três modalidades: crédito rural corrente, crédito rural educativo e crédito rural especial.

1) O crédito rural corrente consiste no suprimento de recursos sem a prestação de assistência técnica em nível de empresa; 2) O crédito rural educativo refere-se ao suprimento de recursos conjugado com a prestação de assistência técnica, compreendendo a elaboração de projeto ou plano e a orientação ao produtor; e 3) O crédito rural especial é destinado às cooperativas de produtores rurais, para aplicações próprias ou dos associados; e programas de colonização ou reforma agrária.

Os financiamentos rurais são caracterizados segundo a finalidade, sendo o custeio destinado a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária; o investimento, quando se destinarem a inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem no curso de vários períodos; a comercialização, destinados isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores e a industrialização de produtos agropecuários, efetuadas por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural (BRASIL, 1965). Também, citado por Antão e Campanholo (2011), o crédito rural é voltado ao financiamento de custeio das despesas do ciclo de produção, investimento em bens ou serviços permanentes, além da comercialização dos produtos, sendo ainda através do Banco do Brasil destinados a custeio, investimento e comercialização.

2.3 CRÉDITO RURAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade e sua importância de acordo com Silva e Silva (2012) começam a surgir e tem se destacado por meio de estudos socioeconômicos e ambientais, elementos quantitativos e qualitativos, desconsiderando saberes, conhecimentos, valores e significados simbólicos sobre o território. Desta forma, a sustentabilidade possibilita meios para uma melhor qualidade de vida na geração presente e para as gerações futuras a partir de suporte dos ecossistemas, trazendo satisfação e realização de cada indivíduo tanto materiais como espiritual.

Em 1983, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), e tinha como objetivo propor estratégias ambientais de longo prazo para se ter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000, a qual recomendou formas para que a preocupação com o meio ambiente se transforme numa corrente entre países em desenvolvimento e países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social, que desenvolva objetivos comuns e interligados considerando a relação entre pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento (LAYRARGUES, 1997; BRÜSEKE, 1994).

Dessa forma, Sachs (2002) destaca que existem várias dimensões da sustentabilidade que devem ser levadas em consideração, tais como:

- 1) **Social:** que se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
- 2) **Cultural:** referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo;
- 3) **Ecológica:** relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis;
- 4) **Ambiental:** trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- 5) **Territorial:** refere-se à configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis;

6) **Econômica:** desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional;

7) **Política (Nacional):** democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social;

8) **Política (Internacional):** baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de eco-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica, tecnológica, internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Começou então a ser visualizado nos anos de 1990 os primeiros resultados das iniciativas tomadas em relação a problemas socioambientais da agricultura. Assim, surge uma consciência em relação à destruição do capital de origem do planeta e as alterações dos ecossistemas (ASSAD; ALMEIDA, 2004).

Dessa forma, os bancos assumiram uma importante posição no que diz respeito a desenvolvimento e o seu impacto no meio ambiente, uma vez que são eles as principais fontes de recursos para implementação e crescimento de empresas, dos produtores e empreendedores. Os bancos possuem meios a serem utilizados como exigências para conceder crédito e também a utilização do recurso. Desta forma, os bancos passaram a ligar seus produtos a uma imagem de conduta responsável e anunciaram aos clientes e investidores, a adoção de princípios e sugestões nacionais e internacionais em relação ao meio ambiente.

No ano de 1992 foi assinado por 23 países a Declaração dos Bancos para o Meio Ambiente e Desenvolvimento onde se comprometeram a ligar suas operações financeiras aos princípios de proteção ao meio ambiente. O intuito era formalizar e aplicar formas de prevenção, a fim de, evitar prejuízos por falhas dos clientes com relação à ecologia e a adesão

de implementação de práticas e avaliações que colaboram para atingir o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2003).

Em 1995, o governo brasileiro firmou um acordo com os principais bancos públicos federais que tratava da Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável. Este denominado como Protocolo Verde. Os bancos se comprometeram a incorporar a variável ambiental na concessão de crédito. As instituições financeiras divulgaram a adoção de princípios ambientais importantes para aplicação, formulação, definição e instrumentalização de suas políticas de crédito. Sendo os principais os Princípios do Equador, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e o Protocolo Verde (BRASIL, 2003).

Os Princípios do Equador divulgados em 2002 pela International Finance Corporation (IFC) classifica-os como um conjunto de diretrizes com base nos próprios padrões socioambientais que foram destinados para aplicação nas análises de projetos com valores superiores a 50 milhões de dólares. Esse princípio tem por intuito garantir a sustentabilidade e o equilíbrio social e ambiental dos projetos, dando apoio também no gerenciamento dos riscos. Os bancos têm por adesão espontânea a esse princípio e pode ser usado como base para a formulação e a implementação de normas a serem observados na análise de crédito (BRASIL, 2003).

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial foram criados pela equipe do Instituto Ethos, a partir de pesquisas sobre os principais sistemas de avaliação, nacionais e internacionais, já existentes no mundo. Tem como objetivo funcionar como ferramenta de exercício e de análise da gestão pelas próprias empresas. Refere-se também à inclusão de medidas de responsabilidade social no planejamento estratégico; no monitoramento e no desenvolvimento da empresa. Grande parte das empresas demonstram seus indicadores por meio de relatórios externos, que podem ser usados pelos bancos como meio de avaliação das práticas socioambientais adquiridas pelos seus clientes (BRASIL, 2003).

O Protocolo Verde surgiu em 1995, tinha como objetivo impedir que créditos oficiais e benefícios fiscais fossem usados em projetos que ofereciam riscos e danos ao meio ambiente. Representantes do governo e de bancos oficiais (BB, BNB, BASA, BNDES, CEF) reuniram-se e criaram um documento que congrega princípios e critérios de desenvolvimento sustentável em fundos e sistemas de crédito do governo federal. No documento assumiram compromisso de privilegiar o financiamento de projetos que oferecem sustentabilidade ao meio ambiente, considerando-se os riscos ambientais nas análises de crédito; aplicar, exigir e divulgar leis e regulamentos ambientais (BRASIL, 2003).

No entanto, Kageyama (2003), ressalta que a criação de produtos e serviços destinados a novos mercados de desenvolvimento rural adere tecnologias inovadoras que procura a redução de custos para a produção, reconstruindo a agricultura através de seus estabelecimentos de acordo com as características regionais. Contudo, o processo de modernização da agricultura e as melhorias introduzidas pela globalização apresentam uma redefinição das ideias, costumes e hábitos das pessoas no campo, e que significa muito para quem vive, trabalha e se reproduz no meio rural (SILVA; SILVA, 2012).

O meio rural não se desenvolverá apenas por meio de estratégias políticas, econômicas, sociais e culturais, mas através de funções positivas baseadas nas sociedades brasileiras e no processo de descentralização do crescimento econômico (BRASIL 2003).

Assim, Silva e Grossi (1998), afirmam que o desenvolvimento e a modernização das atividades agrícolas, vêm passando por transformações e que, este processo se associa a cadeia produtiva e as formas de produção. O processo de modernização da agricultura se deu por diversas políticas agrícolas relacionando a agricultura com outros setores da economia, aumentando a produtividade agrícola, incentivando o crescimento de mão de obra, deixando de ser apenas de responsabilidade familiar passando a se tornar uma característica individualizada da produção, uma vez que permiti que outras atividades sejam desenvolvidas no campo.

É proposto por Gehlen e Riella (2004) repensar a modernidade rural e urbana. Adquirir novos conceitos como qualidade nutritiva, sanidade dos alimentos, agro ecoturismo, artesanatos, agroindústrias “caseiras”, valores ambientais que incluem a preservação ambiental para a cultural das tradições, também, a noção de patrimônio sociocultural e, a mobilização dos recursos e das competências por meio da responsabilidade social, com novas formas de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais.

Conforme Brasil (1965) o crédito rural será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do país tendo em vista o bem-estar do povo. Neste sentido, o art. 3º da Constituição Federal (CF) de 1988 destaca que:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo evitando a degradação.

Cazella e Búrigo (2009) ressaltam a importância de aderir no espaço brasileiro, serviços financeiros com boa estrutura que consiga suprir a demanda por crédito. Isso significa em outras palavras, o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, que possibilita as pessoas e organizações manusear os recursos financeiros internos e externos.

O crédito rural em especial o PRONAMP busca investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos, ou ainda, na comercialização da produção considerando que se trata de um recurso financeiro de longo prazo, e também financiar as atividades de custeio das despesas de cada ciclo produtivo (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011).

2.4 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO MÉDIO PRODUTOR RURAL (PRONAMP)

O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP) tem como objetivo o crescimento das atividades rurais para melhorias na renda das famílias além do aumento da mão de obra no campo, e associado a isso reafirmam Antão e Campanholo (2011) que o crescimento da atividade rural permanecerá se o trabalho realizado na agricultura for lucrativo. Para tanto, se faz necessário uma eficiência produtiva, gerencial, comercial e organizacional. Desta forma, percebe-se a relevância do investimento na atividade rural que tem como consequência a melhoria no desenvolvimento econômico e social, proporcionando assim, o aumento da produção e da rentabilidade.

Nesse contexto, a classe média do campo é beneficiada com condições especiais de acesso ao crédito, por meio do PRONAMP. O programa mantém a linha de crédito específica para a classe média rural que inclui os produtores com renda bruta anual de até R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), com taxa de juros menores do que as praticadas no crédito rural convencional (BANCOOB, 2013).

Na figura 1, apresentam-se as definições do PRONAMP, relacionando o objetivo, os beneficiários e os itens que são financiados, dentre esses se destacam os pontos relevantes e importantes para a aquisição do projeto por parte dos produtores rurais, bem como a promoção do desenvolvimento das atividades rurais e as formas de investimentos.

OBJETIVO	Promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores rurais, proporcionando o aumento da renda e a geração de empregos no campo.
ITENS FINANCIÁVEIS	Investimentos individuais ou coletivos relativos a bens e serviços necessários aos empreendimentos ligados diretamente com a atividade produtiva e de serviços, tendo por intuito promover o aumento da produtividade e da renda do produtor rural, ou economia dos custos de produção. Além de custeio, admitida a inclusão de verbas para atendimento de pequenas despesas conceituadas como de investimento e manutenção do beneficiário e de sua família e investimento, admitido o financiamento de custeio associado, limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do projeto.
BENEFICIÁRIOS	Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) que explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário e parceiro. Tenham no mínimo 80% (oitenta por cento) de sua Receita Operacional Bruta/Renda Anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal além de que possuam renda bruta anual de até R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele e 100% das demais rendas não agropecuárias.

Figura 1: Definição do PRONAMP

Fonte: BANCOOB (2013).

Na figura 2, serão apresentadas as particularidades específicas do PRONAMP, onde se destacam informações relacionadas a prazos, liberação do recurso, amortização da dívida, a origem dos recursos financiados entre outras informações, que servem de subsídio para sanar dúvidas referentes ao investimento.

FORMA DE LIBERAÇÃO	O recurso é creditado de acordo com a modalidade “crédito na conta corrente mantida em outra instituição financeira”, apresentada no capítulo de liberação do MIG – Crédito.
PRAZO	Total: até 96 meses; Carência: até 36 meses.
ORIGEM DO RECURSO	Recurso do BNDES/FINAME.
AMORTIZAÇÕES	Para custeio agrícola, vencimento no prazo de até 60 (sessenta) dias após a colheita e para investimento, o vencimento de acordo com o fluxo de receitas da propriedade beneficiada.
RISCO DA OPERAÇÃO	Será da instituição financeira.
No caso de comercialização do produto vinculado em garantia do financiamento de custeio, inclusive nas operações de custeio alongado, antes da data de vencimento pactuada, o saldo devedor correspondente deve ser imediatamente amortizado ou liquidado pelo mutuário proporcionalmente ao volume do produto comercializado.	
Admite-se a contratação de financiamento de custeio, ao amparo dos recursos controlados, com previsão de renovação simplificada, observado o disposto nesta Seção e as seguintes condições específicas	Prazo: os previstos no MCR 3-2-22, com renovação automática a partir do dia seguinte ao pagamento do crédito referente à safra anterior; (Res. 4.226 art. 7º).
	Desembolso: de acordo com o ciclo produtivo da atividade, conforme previsto no orçamento, plano ou projeto de execução.
	A cada renovação, a instituição financeira fica obrigada a exigir do mutuário, no mínimo orçamento simplificado contendo a atividade para o novo ciclo, o valor financiado e o cronograma de desembolso, efetuando o devido registro no Sistema de Operações do Crédito Rural e do PROAGRO (SICOR).
	A renovação, com liberação exclusivamente da parcela de insumos prevista no orçamento para a safra subsequente, pode ocorrer até 180 (cento e oitenta) dias antes da liquidação da operação anterior.

Figura 2: Particularidades do PRONAMP

FONTE: BANCOOB (2013).

Já, na figura 3, serão apresentadas as exigências do PRONAMP, sendo descritas as necessidades do programa, referente aos encargos financeiros, limites, garantias e fiscalização do investimento adquirido pelo produtor rural através da instituição financiadora.

ENCARGOS FINANCEIROS	Taxa efetiva de juros de 4,5% a.a. (quatro inteiros e cinco décimos por cento ao ano) para as operações contratadas a partir de 1º/7/2013.	
LIMITE	DA LINHA	Até R\$ 300 mil, por Beneficiário Final, para empreendimento individual, respeitado, no caso de empreendimento coletivo, o aludido limite individual por participante, independente de outros créditos contraídos ao amparo de recursos controlados do crédito rural.
	DO EMPRÉSTIMO	Até 100% (cem por cento) ao ano;
	DA PRESTAÇÃO	Não aplicável.
	Além de custeio sendo, R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) por beneficiário em cada safra, vedada a concessão de crédito de custeio, na mesma safra, nas condições estabelecidas no MCR 6-2 ou com recursos equalizados e investimento de, R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por beneficiário, por ano agrícola. O limite de financiamento definido para custeio pode ser elevado, observadas as condições e os percentuais estabelecidos no MCR 3-2-6.	
GARANTIA	Para escolha das garantias a cooperativa singular deverá atentar às determinações constantes no capítulo 1 deste manual, bem como, para formalização, observar as instruções do MIG Crédito no capítulo Garantias.	
FISCALIZAÇÃO	É obrigatória a fiscalização das operações de crédito rural e observação das penalidades de acordo com os critérios descritos no capítulo 10 do MIG - Crédito.	
LIMITES DE CRÉDITO	CUSTEIO	De R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por beneficiário em cada safra, vedada a concessão de crédito de custeio, na mesma safra, nas condições estabelecidas no MCR 6-2 ou com recursos equalizados.
	INVESTIMENTO	De R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por beneficiário, por ano agrícola.
	O limite de financiamento definido para custeio pode ser elevado, observadas as condições e os percentuais estabelecidos no MCR 3-2-6.	

Figura 3: Exigências do PRONAMP.

FONTE: BANCOOB (2013).

No que tange as necessidades e objetivos do PRONAMP, o programa tem um papel fundamental para o desenvolvimento da qualidade de vida dos produtores rurais e na melhoria do desenvolvimento das propriedades rurais. Por meio das formas investimentos, custeio, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços das atividades rurais, é destacado ainda que existam muitas particularidades e exigências, que fazem com que o programa possua suas características próprias e que podem influenciar para aquisição do recurso (BANCOOB, 2013).

3 METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho compreende uma pesquisa exploratória e descritiva na consecução dos objetivos propostos. Segundo Silva (2006) e Gil (2009), a pesquisa exploratória consiste em oferecer uma maior relação com o problema pesquisado, têm por característica tornar esses problemas mais explícitos, proporcionando uma visão geral acerca de determinado fato, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis. Já a pesquisa descritiva preocupa-se em observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, sem manipulá-los, visando descobrir, observar e descrever os fenômenos, possibilitando classificá-los e interpretá-los com o propósito de conhecer a sua natureza (RODRIGUES, 2007).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se configura como bibliográfica e pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, que de acordo com Goldenberg (2004) é a pesquisa para todas as ciências, essa modalidade recusa-se a validar seus conhecimentos por meios quantificáveis que podem se transformar em leis e explicações gerais. A pesquisa qualitativa busca explicar o porquê das coisas, mostra o que é vantajoso ser feito, mas não quantificam valores e trocas simbólicas, nem se dispõe à prova de fatos, uma vez que os dados analisados são suscitados e de interação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Com a abordagem qualitativa foi possível analisar o PRONAMP no Município de Ministro Andreazza – RO, sua real aplicação de acordo com os produtores, benefícios gerados na propriedade com a utilização do recurso disponibilizado, motivação de contratação e o desenvolvimento econômico desses produtores.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2006) é aquela desenvolvida com base em trabalhos já elaborados e publicados nos meios de pesquisa em que se pode ter acesso e que darão suporte à construção da pesquisa de campo.

A pesquisa de campo, segundo Silva (2006) é considerada as informações coletadas diretamente no local em que se pretende pesquisar, sendo assim, a pesquisa realizada junto às pessoas no próprio terreno dos acontecimentos. Já, para Minayo, Deslandes e Gomes (2007), a pesquisa de campo faz com que exista uma aproximação entre o pesquisador e a população pesquisada, construindo assim um conhecimento que é baseado na experiência.

Quanto ao método este pode ser tratado como indutivo. De acordo com Rodrigues (2007), o método indutivo realiza-se em três etapas: observação dos fenômenos, descoberta da relação entre eles e, generalização da relação. A utilização do método indutivo leva a formulação de perguntas que se chega a uma possível conclusão.

O público contemplado por esta pesquisa foram os médios produtores localizados no Município de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, para atender a normativa do PRONAMP, pois trata de crédito para médios produtores.

Os médios produtores foram identificados por intermédio da empresa A. Kester Projetos e Assistência Técnica Rural - ME, a qual disponibilizou uma listagem contendo 25 produtores que atendem o objetivo da pesquisa e que compreendem a amostra, ou seja, 100% dos médios produtores identificados foram entrevistados.

A escolha da empresa justifica-se pelo seu objeto social, ou seja, prestação de serviços na elaboração de projetos para obtenção de recursos do PRONAMP, uma vez que as instituições financeiras não podem disponibilizar dados dos seus clientes devido à regra de sigilo bancário, ou seja, nenhum tipo de informação pode ser divulgado.

A abordagem do público alvo da pesquisa foi por meio de entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado. A entrevista, segundo Gerhardt e Silveira (2009) acontecem quando o pesquisador elabora um conjunto de questões que utilizará como roteiro sobre o tema estudado, porém permite que a pessoa entrevistada fale abertamente sobre os assuntos que iram aparecendo com o desenvolvimento do tema principal. O roteiro semiestruturado (Apêndice A), foi elaborado com 20 (vinte) perguntas sendo uma aberta e as demais com opções de respostas, ficando a critério do entrevistado a escolha das opções previamente definidas ou apresentar outra podendo, ainda, justificá-la.

As questões aplicadas aos produtores contemplam a importância do crédito para o desenvolvimento da agricultura na região, as formas frequentes de investimento, valores disponibilizados, o conhecimento do produtor quanto ao crédito, benefícios gerados, motivação para contratação, responsabilidade socioambiental e a fiscalização feita na propriedade após a liberação do recurso.

Para validação do instrumento de pesquisa foi realizado pré-teste no dia 12 de maio, com três agricultores. Após, procedeu-se os ajustes para aplicação do instrumento.

A pesquisa com os vinte e cinco médios produtores foi realizada no período 20 a 27 de maio e as entrevistas foram aplicadas na cooperativa de crédito SICOOB/CREDIP de Ministro Andreazza, visto que os entrevistados são cooperados desta cooperativa de crédito no município em questão e também nos locais de trabalho dos produtores que exercem atividade remunerada fora da propriedade, para maior facilidade de acesso aos mesmos.

Os dados obtidos foram analisados por meio de tabelas, gráficos e análise de conteúdo, que segundo Michel (2005) é uma técnica de pesquisa que busca dados utilizando

textos, falas, e informações já colhidas e analisadas após a coleta. Seu objetivo é aprofundar a análise do conteúdo das informações prestadas pela pessoa, neste caso, o produtor rural.

4 ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas com os vinte e cinco médios produtores do Município de Ministro Andreazza foi realizada de forma qualitativa à luz do referencial teórico, a qual permitiu analisar o PRONAMP no município de Ministro Andreazza, bem como os motivos de contratação e os benefícios gerados por essa modalidade de crédito rural para o desenvolvimento dos sistemas produtivos.

A parte inicial do roteiro de pesquisa está relacionada ao levantamento dos dados que tratam de: sexo, faixa etária e tempo de serviço na atividade rural, para os quais apresentaram os seguintes resultados evidenciados na figura 4.

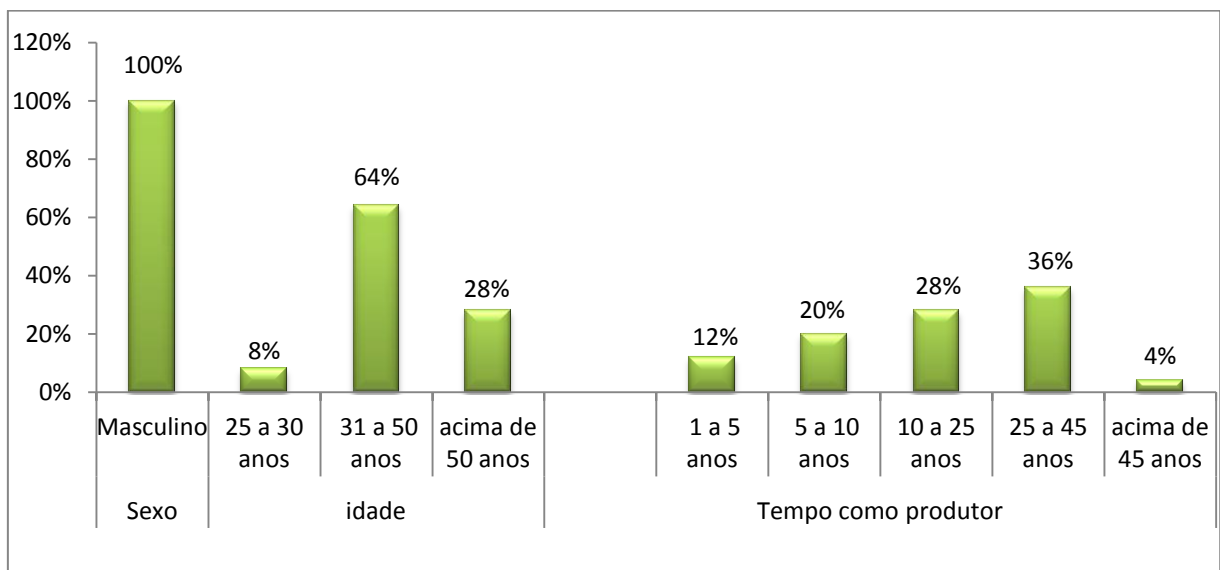


Figura 4 – Sexo, Idade e Tempo como Produtor Rural.

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Diante do ilustrado na figura 4, percebe-se que 100% dos produtores são do sexo masculino, com idade entre 31 e 50 anos, que compreende 64% dos entrevistados, 28% estão acima de 50 anos e, 8% com idade entre 25 e 30 anos. O tempo como produtor rural tem uma maior percentagem com os que já estão nessa atividade entre 25 a 45 anos, equivalentes a 36%. No entanto, nos últimos 10 anos mais produtores vêm desenvolvendo um maior interesse por essa área de mercado, representando um crescimento de 32%.

Desde o século XVI percebe-se o crescimento das atividades rurais e, segundo Antão e Campanholo (2011), o desenvolvimento dessas atividades continuará se o trabalho for lucrativo, fazendo-se necessário uma eficácia produtiva, gerencial, comercial e organizacional, o que justifica o objetivo do PRONAMP, o qual segundo o manual do BANCOOB (2013) é fomentar o crescimento das atividades rurais dos produtores de médio porte tendo como resultado o aumento da mão de obra aplicada na propriedade e também o aumento da renda visando à qualidade de vida.

Quanto à origem da mão de obra empregada nas propriedades, a figura 5 evidencia que 59% da mão de obra no campo dividem-se em familiar, assalariados e diaristas e 41% da mão de obra com prática familiar. Ressalta-se que, para o médio produtor não é obrigatório a manutenção de mão de obra familiar, o que pode justificar a saída de 56% dos entrevistados para exercer atividades remuneradas fora da propriedade (figura 5).

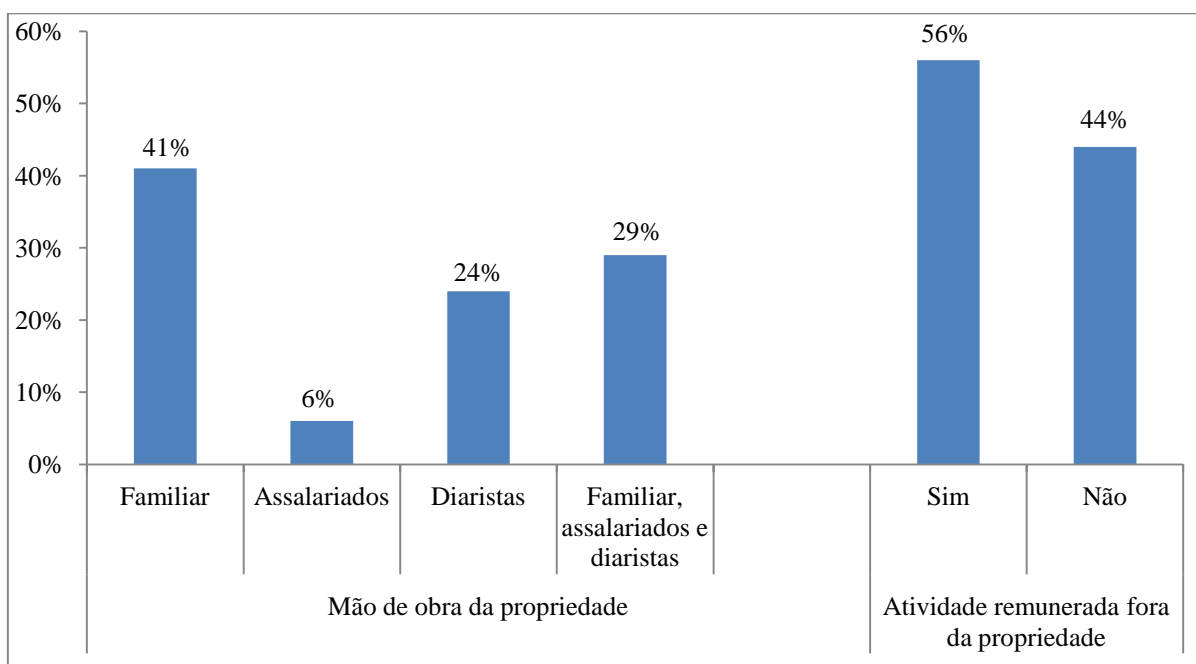


Figura 5 – Tipo de mão de obra empregada x Atividade remunerada fora da propriedade

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Em continuidade à entrevista, os produtores foram indagados sobre o que é o PRONAMP e sua finalidade, as principais respostas foram que o programa:

Ajuda o médio produtor a adquirir implementos; oferece ajuda de custo ao produtor; crédito rural para melhor desenvolvimento da propriedade e geração de benefícios; investimento para aumentar a produtividade da propriedade; linha de crédito mais favorável ao produtor rural com juros favoráveis e parcela prolongada; melhorar a qualidade de vida dos produtores oferecendo amparo financeiro; fomentação da área rural dando suporte ao médio produtor gerando renda; viabilidade para aumentar renda e bens; e que o crédito é para investimento na propriedade.

A percepção do produtor sobre o que é PRONAMP e sua finalidade que mais se aproxima da definição expressa no Manual do BANCOOB (2013), refere-se à “fomentação da área rural dando suporte ao médio produtor gerando renda”, evidenciando melhor conhecimento sobre o programa.

Quanto à atividade exercida na propriedade e modalidade de crédito do PRONAMP utilizada para melhorar a produção, as respostas podem ser observadas na figura 6.

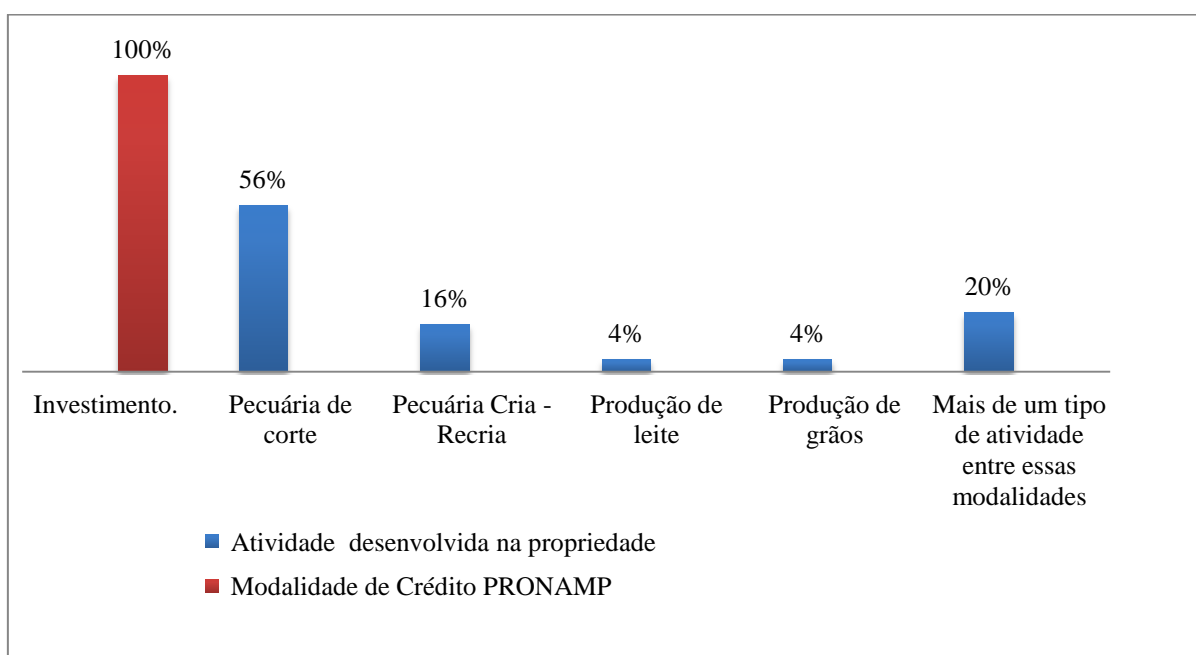


Figura 6 – Atividade produtiva e modalidade do crédito.

Fonte: pesquisa de campo (2014)

Conforme o evidenciado na figura 6, 100% dos entrevistados solicitaram seu crédito junto à instituição financeira na modalidade de investimento, dividindo-se em 56% investimento de pecuária de corte, 16% com pecuária de cria – recria, 8% entre produção de leite e grãos, sendo os demais 20%, produtores de mais de um tipo de atividade em sua propriedade. Esta análise permitiu identificar a pecuária de gado de corte como a atividade predominante no município de Ministro Andreazza entre os produtores de médio porte.

Os valores disponibilizados pelo PRONAMP de acordo com o manual do BANCOOB (2013), na modalidade de investimento são de até R\$ 350.000,00. Para os médios produtores desta região de Ministro Andreazza-RO, dividem-se entre 50 a 100 mil reais equivalentes a 40% dos pesquisados, 36% divide-se entre 100 a 300 mil, 20% de 30 a 50 mil e 4% com valor de até 30 mil reais.

De acordo com os entrevistados, os valores do crédito aplicado na propriedade proporcionam, na opinião de 64%, melhorias na qualidade de vida e no desenvolvimento da propriedade, essas melhorias podem ser financeiras ocasionando o aumento da produtividade e o aumento da renda; agilidade no processo produtivo para 20%; e para 4% melhores condições de trabalho; no entanto, para 12%, o programa pode gerar mais de um benefício, onde os produtores mostraram-se satisfeitos e disseram ter tido mais de um benefício, conforme figura 7.

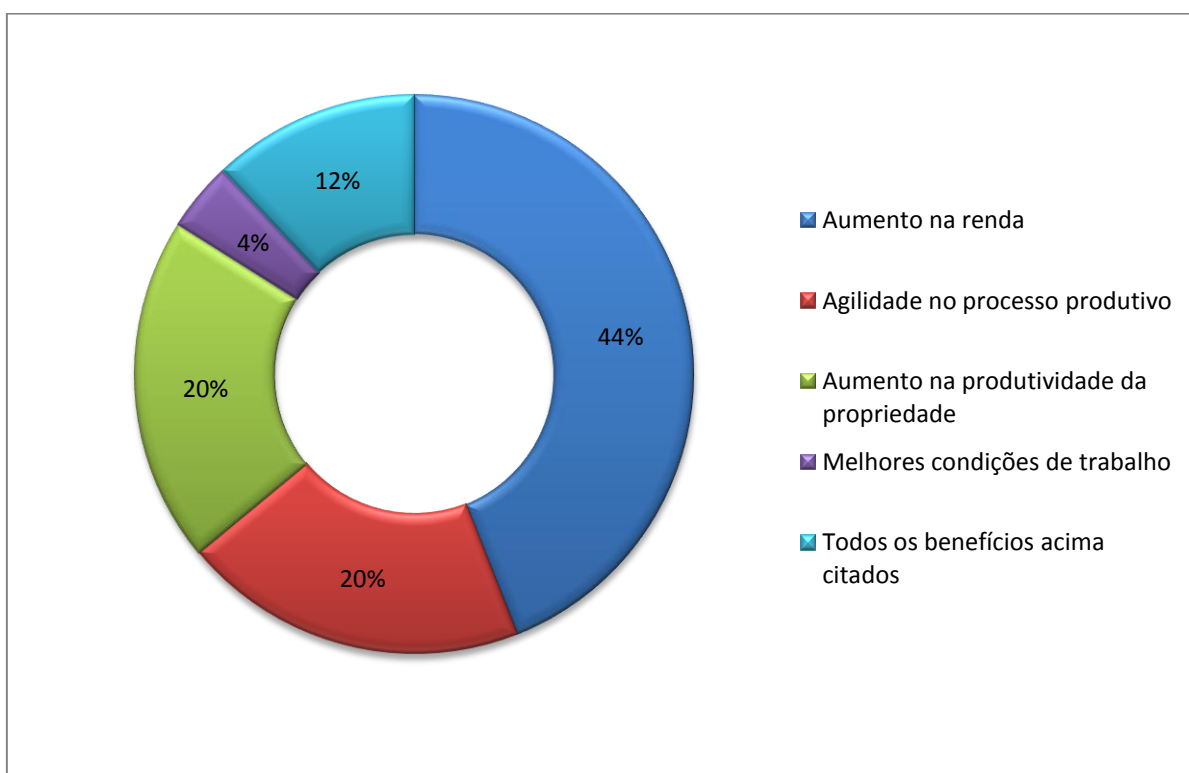


Figura 7 – Benefícios gerados pelo PRONAMP nas propriedades.

Fonte: pesquisa de campo (2014)

O intuito da política pública de crédito rural é instigar o crescimento dos investimentos rurais; beneficiar o custeio oportuno e apropriado da produção e a comercialização dos produtos, permitindo o fortalecimento econômico dos produtores, estimulando as técnicas de produção, visando o acréscimo da produtividade e melhores condições de vida. Desta forma, é perceptível a importância do investimento na atividade rural que busca as melhorias no âmbito econômico e social proporcionando o aumento da produção e da lucratividade (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011). Observa-se, portanto, que tais objetivos estão sendo alcançados, considerando os benefícios identificados pelos produtores, destacados na figura 7.

No que se refere à motivação para a contratação do PRONAMP, o principal motivo se dá pela necessidade de investir ou custear mais a propriedade com 60% do resultado, os demais fatores se dividem em taxa de juros com 20%, prazos do programa com 8% e 12% referem-se a mais de um motivo, conforme figura 8.

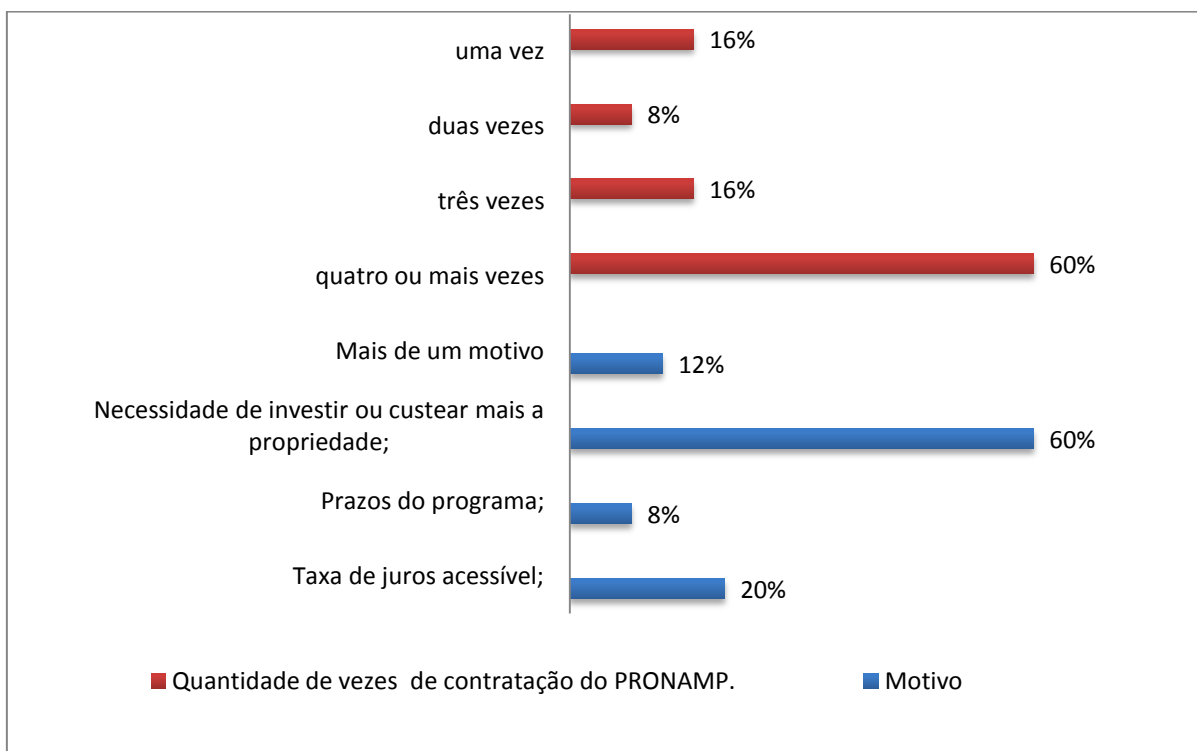


Figura 8 – Quantidade de vezes de contratação do PRONAMP x motivo.

Fonte: pesquisa de campo (2014)

De acordo com a figura 8, a motivação e a satisfação obtida com o crédito adquirido para investimento na propriedade levou muitos desses produtores a adquirirem quatro ou mais vezes o crédito equivalentes a 60% dos entrevistados, em seguida, com 16% aqueles que adquiriram por 3 vezes o financiamento e, 16% os que adquiriram uma vez e o restante, equivalente a 8% são aqueles que adquiriram o crédito por duas vezes,

O PRONAMP possui normas a serem seguidas e, uma delas de acordo com o Manual do BANCOOB (2013), diz ser obrigatória a fiscalização nas propriedades e a orientação para correta aplicação dos recursos evitando, assim, punições caso o recurso não seja aplicado de acordo com o projeto. Esta orientação consta do capítulo 10, do Manual de Instruções Gerais – Crédito.

Por meio da pesquisa, figura 9, foi possível verificar que não há atendimento efetivo às Normas do BANCOOB por parte das instituições financeiras no que se refere à orientação, uma vez que 76% dos produtores relataram não terem recebido nenhum tipo de orientação sob

a correta aplicação do recurso. Quanto à fiscalização, 40% dos produtores pesquisados informaram que não receberam nenhum tipo de fiscalização. Essa desatenção pode permitir que os produtores não cumpram a finalidade do projeto e apliquem o recurso em outros fins. Em resposta a essa questão, 52% dos produtores informaram que não aplicaram o recurso conforme projeto.

Quanto aos objetivos do projeto, a figura 9 evidencia que 100% dos produtores alcançaram os objetivos para os quais contrataram o crédito do PRONAMP, o que pode explicar, também, o resultado obtido no que se refere aos benefícios alcançados e número de vezes que alguns produtores renovaram o programa.

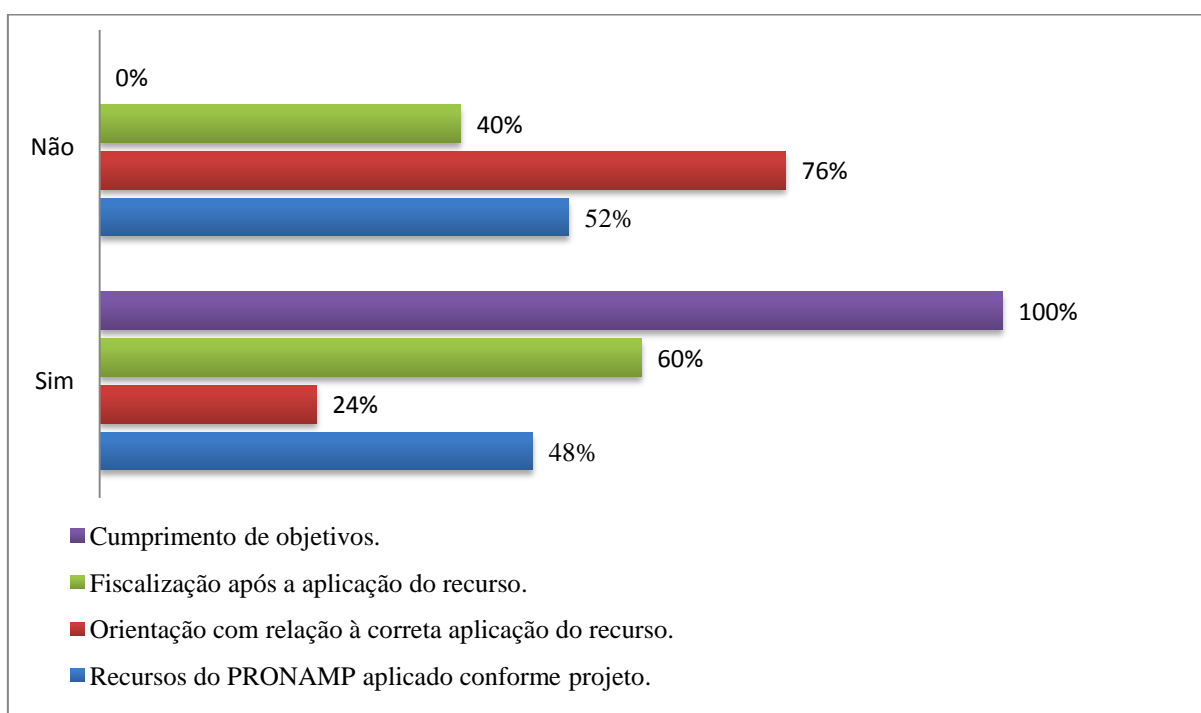


Figura 9 – Objetivos, fiscalização, orientação e correta aplicação do recurso.

Fonte: pesquisa de campo (2014)

No ano de 1992, foi assinado por 23 países um termo que trata do comprometimento dos bancos para com o meio ambiente e o desenvolvimento, de forma a atrelar as operações financeiras com proteção ao meio ambiente. Em 1995, foi a vez do Brasil, que resultou no chamado Protocolo Verde, um acordo entre o governo brasileiro e os bancos federais para tratar dos Princípios do Desenvolvimento Sustentável na liberação de crédito (BRASIL, 2003).

Sabe-se, portanto, da necessidade de se falar do desenvolvimento territorial sustentável e, do importante papel que as instituições financeiras possuem nesse contexto. Com a finalidade de conhecer a opinião dos produtores sobre a responsabilidade

socioambiental na propriedade, a pesquisa buscou identificar iniciativas dos produtores e as cobranças das instituições financeiras com relação a esse tipo de responsabilidade, os resultados estão evidenciados na figura 10.

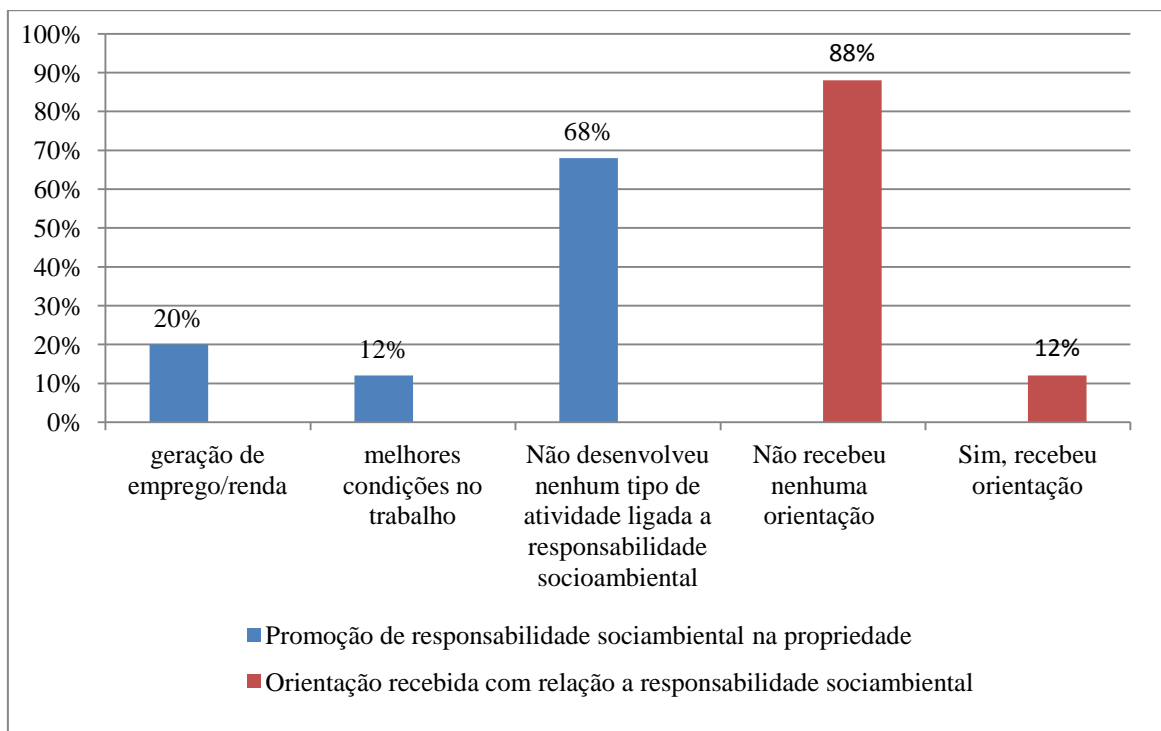


Figura 10– Responsabilidade socioambiental.

Fonte: pesquisa de campo (2014)

A figura 10 evidencia que 68% dos produtores não desenvolveram nenhum tipo de atividade de responsabilidade socioambiental em sua propriedade e, que 88% dos produtores não receberam nenhum tipo de exigência por parte das instituições financeiras a respeito do assunto.

O crédito rural do PRONAMP tem por intuito o investimento em vários períodos produtivos e o custeio de despesa por ciclo produtivo (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011).

Na década de 1960, devido a uma fraca estrutura agrícola o processo de produção era lento o que permitia que a população rural fosse empobrecida financeiramente. O Brasil, segundo Copetti (2008) contou com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para que o desenvolvimento rural acontecesse e passou a ofertar o crédito rural dividindo as atividades em agrícola e pecuária (SPOLADO; LIMA, 2009).

Assim, percebe-se a importância dos investimentos na atividade rural trazendo como benefícios os avanços no desenvolvimento econômico e social, possibilitando o aumento da produção e da rentabilidade (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011).

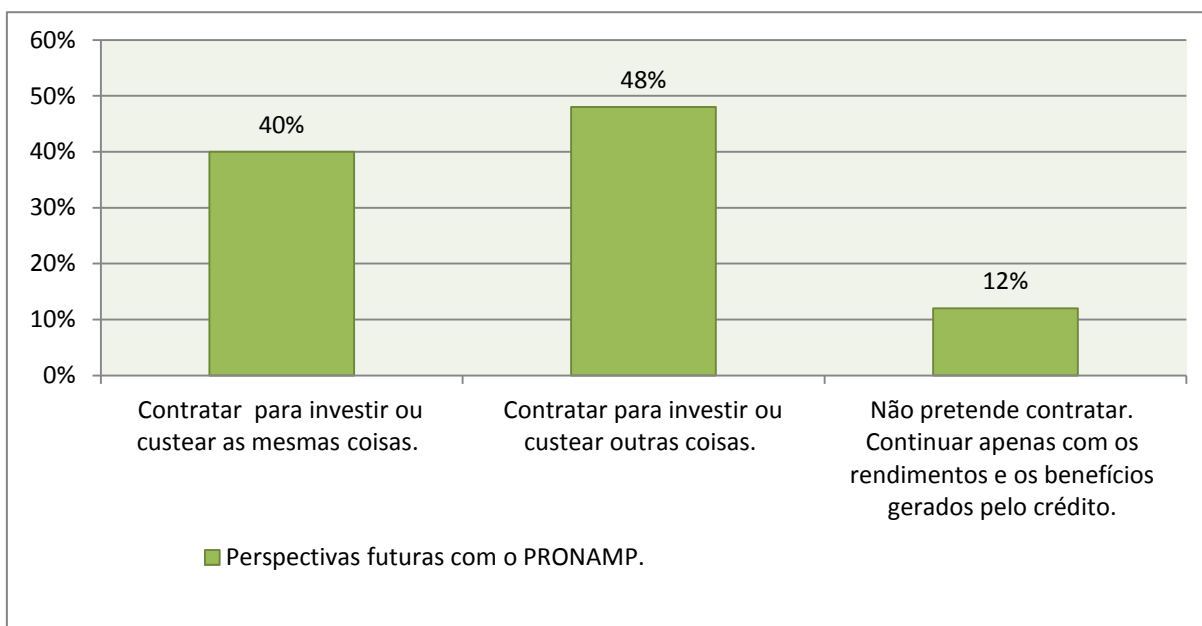


Figura 11– Perspectivas do produtor com relação ao PRONAMP.

Fonte: pesquisa de campo (2014)

A figura 11 demonstra o interesse dos produtores pelo desenvolvimento rural, uma vez que 88% dos produtores pretendem utilizar novamente os recursos destinados ao meio rural, dos quais 40% estão satisfeitos com o PRONAMP e pretendem contratar o crédito novamente e investir nas mesmas coisas e, 48% pretendem contratar para investir em outras coisas. Somente 12% dos produtores não pretendem mais utilizar a disponibilidade que existe de crédito e expressam a vontade de apenas continuar com os rendimentos obtidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor rural (PRONAMP), bem como os motivos de contratação e os benefícios gerados por essa modalidade de crédito rural para o desenvolvimento dos sistemas produtivos.

Pode-se dizer que o PRONAMP é um recurso vantajoso que obtêm satisfação da maioria dos produtores que o contrataram e, que o programa disponibilizado pelo governo federal através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fomenta o desenvolvimento das atividades por meio de projetos de investimentos e custeio. Verificou-se que a motivação para contratação do PRONAMP se dá por meio de taxas de juros acessíveis, prazo para o pagamento e também da necessidade de investir cada vez mais

na propriedade para ter um maior retorno. Essa necessidade é decorrente de um crescimento já existente na propriedade que com o crédito ocasiona a solução ao produtor.

O PRONAMP apresenta benefícios gerados nas propriedades como, por exemplo, aumento na renda, agilidade no processo produtivo, aumento da produtividade, melhores condições de trabalho, fomenta a produção, melhoria na qualidade de vida, geração de mão de obra e aumento da renda das famílias por meio de investimentos ou custeio realizados com os recursos disponibilizados pelo BNDES e repassado as instituições financeiras. Nota-se, portanto, que os benefícios ora mencionados atendem à finalidade do programa, qual seja, contribuir para a geração de emprego e renda para os médios produtores.

De acordo com a pesquisa, para o Município de Ministro Andreazza-RO os projetos são destinados para investimento em compra de gado de corte, cria e recria, e com outras destinações não predominantes.

Por meio da pesquisa desenvolvida nota-se que não há atendimento efetivo por parte das instituições financeiras com relação às Normas do BANCOOB no que se refere à fiscalização e orientação e, que de certa forma, permite que alguns produtores acabem mudando a destinação do recurso para outros fins, não seguindo o projeto conforme apresentado para a obtenção do crédito.

Por fim, considerando a perspectiva apresentada pelos médios produtores com relação ao PRONAMP, evidencia-se que a política de crédito rural tem-se mostrado como um mecanismo relevante para o desenvolvimento rural, melhoria da qualidade de vida no campo, bem como, uma forma de proporcionar aos médios produtores mais incentivos para infraestrutura, logística, irrigação, inovação com desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ANTÃO, Rosimeire Aparecida de Souza; CAMPANHOLLO, Tarcisio. **O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social**. Araxá- MG, 2011.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. **Agricultura e sustentabilidade**. Artigo publicado em *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. p.15-30.

BANCOOB - **Manual de Produtos e Serviços (MPS)** - Programa BNDES Finame Agropecuário, 2013.

BRASIL. Lei n. 4.829, de 5 de novembro de 1965. **Institucionaliza o Crédito Rural**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 27 dez. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**/Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRÜSEKE, Franz Josef. **A economia da sustentabilidade**. Recife, outubro de 1994.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira, BRAGA, Marcelo José, SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos e COSTA, Caio César Medeiros. **Análise do Impacto Econômico do Crédito Rural na Microrregião de Pirapora. RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 4, p. 631-644, Out/Dez 2012 – Impressa em Janeiro de 2013.

CAZELLA, Ademir Antonio, BÚRIGO, Fábio Luiz. **Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais**. Porto Alegre, 2009.

COPETTI, Lúcia Daiane. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: o caso do PRONAF-CRÉDITO no município de Alegria - RS**, Porto alegre 2008.

GEHLEN, Ivaldo ; RIELLA, Alberto. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26.

GERHARDT ,Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Rio Grande do Sul 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Tiago Cordeiro. **O sistema Financeiro Brasileiro: Evolução do Crédito no Brasil Pós-Plano Real**. Fundação Armando Alvares Penteado. São Paulo, 2007.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida**, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito**. 1997.

MARTINS, Rodrigo Constante. **Descrição e prescrição no desenvolvimento rural/ O território como espaço social reificado**. RURIS / volume 3 , número 1 / março de 2009.

MASSUQUETTI, Angélica. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período de 1965-97**, Porto Alegre 1998.

_____. **A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97**, Porto Alegre 1998.

_____. **Reflexões a respeito dos estudos acadêmicos sobre os conflitos sociais rurais do pré-1964**, Rio de Janeiro 2008.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MIRANDA, Maria Bernadete. **O título de crédito eletrônico no novo código civil**, São Paulo 2006.

NASCIMENTO, Andressa Fernanda do; PIZAIA, Marcia Gonçalves; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da. **Fontes de Financiamento da Agricultura Brasileira**. XLV CONGRESSO DA SOBER. Londrina – PR, 2007.

NAVARRO, Zander. **Estudos Avançados - Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**, Rio Grande do Sul 2001.

RAMOS, Simone Yuri; JUNIOR, Geraldo Bueno Martha. **Documento 292 - Evolução da política de crédito rural brasileira**. Embrapa Serrados. Planaltina - DF: ISSN online 2176-5081 mai. 2010.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**, Rio de Janeiro Garamond, 2002.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da, **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del - **“O novo rural brasileiro” – Ocupações rurais não agrícolas**. 1999 - Campinas.

SILVA, Josineide Kaline da; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Sustentabilidade e agricultura familiar na visão dos agricultores**. Tocantins, 2012.

SOUZA, Waldemar Rocha; BACHA, Carlos José Caetano. **A Utilização dos Novos Instrumentos de Crédito Rural em Estratégias de Portfólios para Diminuição do Custo Financeiro.** SOBER 47º Congresso. Porto alegre, 2009.

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva;LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Apresentação Oral-Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil.** PIRACICABA 2009.

VILELA, Dirley Lemos, NAGANO, Marcelo Seido e MERLO, Edgard Monforte. **Aplicação da Análise Envoltória de Dados em Cooperativas de Crédito Rural.** RAC, 2a. Edição Especial 2007: 99-120

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro semiestruturado - entrevistas com médios produtores rurais do Município de Ministro Andreazza (RO).

1- O nome do Produtor (a) Rural?

2- Sexo: () F () M

3- Idade:

() de 25 a 30 anos

() de 31 a 50 anos

() acima de 50 anos

4- Quanto tempo o senhor (a) está na atividade como produtor rural?

() De 1 a 5 anos

() De 5 a 10 anos

() De 10 a 25 anos

() De 25 a 45 anos

() Acima de 45 anos

5- Que tipo de atividade o senhor (a) desenvolve na propriedade?

() Pecuária de leite

() Pecuária de corte

() Pecuária cria e recria

() Produção de grãos

() Avicultura

() Hortaliças

() Fruticultura

() Outros. Qual?

6- Qual a origem da mão de obra aplicada na sua propriedade?

() somente familiar;

() trabalhadores assalariados;

() diaristas;

() família, assalariados e diaristas;

() Outros.

7- O senhor (a) ou algum membro da família exerce atividade remunerada fora da propriedade? () Sim. Por quê? _____

() Não.

8- O senhor (a) sabe o que é PRONAMP e qual a finalidade dessa modalidade de crédito?

9- Qual a modalidade de Crédito o senhor (a) adquiriu?

() Investimento. Em que? _____

() Custeio. Em que? _____

10- Qual o valor aproximado do crédito o senhor (a) adquiriu para investimento ou custeio em sua propriedade?

Investimento

- () Até 30.0000,00
- () de 30.0000,00 até 50.0000,00
- () de 50.000,00 até 100.000,00
- () de 100.000,00 até 200.000,00
- () de 200.000,00 até 300.000,00
- () de 300.000,00 até 350.000,00

Custeio

- () Até 50.000,00
- () de 50.000,00 até 100.000,00
- () de 100.000,00 até 200.000,00
- () de 200.000,00 até 300.000,00
- () de 300.000,00 até 400.000,00
- () de 400.000,00 até 500.000,00
- () de 500.000,00 até 600.000,00

11- Quais os benefícios gerados em sua propriedade com a realização de investimentos ou custeio com recursos do PRONAMP?

Investimento

- () Aumento na renda;
- () agilidade no processo produtivo;
- () melhor aproveitamento dos produtos produzidos;
- () aumento na produtividade da propriedade;
- () melhores condições de trabalho;
- () outras opções. Quais? _____

Custeio

- () Aumento na renda;
- () agilidade no processo produtivo;
- () melhor aproveitamento dos produtos produzidos;
- () aumento na produtividade da propriedade;
- () melhores condições de trabalho;
- () outras opções. Quais? _____

12- O senhor (a) fez a aplicação dos recursos do PRONAMP conforme projeto protocolado junto à Instituição Financeira?

- () Sim.
- () Não.
- () Qual a destinação? _____

13- Ao aderir o crédito rural o senhor (a) recebeu algum tipo de orientação com relação à correta aplicação do recurso conforme descrito no projeto?

- () Sim. Qual? _____
- () Não.

14- Após a liberação do crédito para investimento ou custeio conforme o projeto, o senhor (a) recebeu algum tipo de fiscalização pela Instituição financeira para verificar se o crédito foi aplicado de acordo com os fins solicitados?

() Sim.

() Não.

15- Os objetivos pelos quais o senhor (a) contratou o PRONAMP foram alcançados?

() Sim.

() Não. Por quê?_____

() Parcial. Por quê?_____

16- O que o motivou o senhor (a) a contratar o crédito do PRONAMP?

() Taxa de juros acessível;

() Prazos do programa;

() valores disponibilizados;

() necessidade de investir ou custear mais a propriedade;

() outras opções. Quais?_____

17- Quantas vezes o senhor (a) já adquiriu o crédito rural PRONAMP?

() uma vez; Há quanto tempo?_____

() duas vezes; Há quanto tempo?_____

() três vezes; Há quanto tempo?_____

() quatro ou mais vezes; Há quanto tempo?_____

18- No momento da contratação e liberação dos recursos do PRONAMP o senhor (a) foi orientado sobre algum tipo de exigência com relação a responsabilidade socioambiental em sua propriedade?

() Sim. Quais?_____

() Não.

19- Foi promovida alguma ação de responsabilidade socioambiental em sua propriedade após a contratação do PRONAMP?

() Geração de emprego e renda;

() Reflorestamento;

() Tratamento adequado ao lixo produzido na propriedade;

() melhoria das condições de trabalho;

() Outras ações. Qual?_____

() Não.

20-Quais são as perspectivas futuras que o senhor (a) espera com relação ao PRONAMP?

() Contratar para investir ou custear as mesmas coisas.

() Contratar para investir ou custear outras coisas.

() Não pretende contratar. Continuar apenas com os rendimentos e os benefícios gerados pelo crédito.

() Outras opções. Qual? _____